

ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE APOIO À FAMÍLIA

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 e 2022

Conteúdo

Relatório do auditor independente	3
Balanço patrimonial	5
Demonstração dos resultados	6
Demonstração dos resultados abrangentes	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	
1 Contexto operacional	09
2 Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras	09
4 Caixa e equivalentes de caixa	12
5 Adiantamento de férias	12
6 Imobilizado	13
7 Termos de colaboração a realizar	13
8 Obrigações sociais e trabalhistas	14
9 Outras obrigações	14
10 Provisão para contingências	14
11 Patrimônio líquido	14
12 Receitas operacionais	14
13 Gratuidade	16
14 Trabalho voluntário	17
15 Dirigentes e conselheiros	17
16 Cobertura de seguros	18



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À
Diretoria da
ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE APOIO À FAMÍLIA - APAF
São Paulo – SP

1. OPINIÃO

Examinamos as demonstrações contábeis da ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE APOIO À FAMÍLIA - APAF, CNPJ 07.144.360/0001-06, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE APOIO À FAMÍLIA - APAF em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2. BASE PARA A OPINIÃO

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

3. OUTRAS INFORMAÇÕES QUE ACOMPANHAM AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E O RELATÓRIO DO AUDITOR

A administração da Entidade é responsável por outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

4. RESPONSABILIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

5. RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Nossos trabalhos visam obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro e, assim, emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- a) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- b) Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- c) Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- d) Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- e) Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- f) Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- g) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

6. OUTROS ASSUNTOS

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior – Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentados para fins de comparação, foram auditados por outro auditor, conforme relatório datado de 19 de maio de 2023, o qual não conteve qualquer modificação.

* * *

Porto Alegre, 3 de abril de 2024

TSA AUDITORES ASSOCIADOS SOCIEDADE SIMPLES
CRC RS-004240/O-1 S-SP – CVM 13242
Liana Luvizon
Contador CRC 1 RS-055269/O-5 T-SP

Associação Paulista de Apoio à Família
Cnpj: 07.144.360/0001-06

**Balço patrimonial nos exercícos findos em 31 de
dezembro de 2023 e 2022**
(Em reais).

Ativo	<u>Nota</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.885.488	2.909.833
Contas a receber		5053	472
Adiantamento de férias	5	142.853	132.671
Adiantamento à fornecedores		633	15.017
Outros créditos		2.693	571
		<u>3.036.719</u>	<u>3.058.564</u>
Ativo não circulante			
Impostos a recuperar		2.072	2.072
Imobilizado	6	1.942.778	1.981.159
Obra em andamento	6	47.050	0
Imobilizado com restrição	6	22.272	15.696
Intangível	6	418	644
		<u>2.014.590</u>	<u>1.999.571</u>
Total do ativo		<u>5.051.309</u>	<u>5.058.135</u>
Passivo			
Passivo circulante			
Termos de colaboração a realizar	7	239.357	703.035
Obrigações fiscais		1.892	1.503
Obrigações sociais e trabalhistas	8	420.906	365.201
Outras obrigações	9	41.024	26.020
Obrigaçoão imobilizado com restrição	6	<u>22.272</u>	<u>15.696</u>
		<u>725.451</u>	<u>1.111.455</u>
Patrimônio líquido	11		
Patrimônio social		<u>4.325.858</u>	<u>3.946.680</u>
		<u>4.325.858</u>	<u>3.946.680</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>5.051.309</u>	<u>5.058.135</u>

**Demonstração dos resultados dos exercícios
findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em reais).**

	Nota	2023	2022
Receitas operacionais líquidas	12	<u>4.005.715</u>	<u>2.809.856</u>
Programa (atividades) de educação			
Com restrição		<u>4.005.715</u>	<u>2.809.856</u>
Assistência social			
Contribuições e doações voluntárias		279.682	334.874
Gratuidade	13	800.527	584.846
Créditos Nota Fiscal Paulista		660.018	409.332
Receitas com aluguel		5.500	6.430
Doações mercadorias		452.557	83.070
Trabalho voluntário	14	99.179	107.656
Eventos e patrocínios		<u>77.121</u>	<u>59.997</u>
Sem restrição		<u>2.374.584</u>	<u>1.586.205</u>
Total receitas		<u>6.380.299</u>	<u>4.396.061</u>
Custos operacionais			
Programa e atividades	15	(4.842.746)	(3.450.634)
Gratuidade	13	<u>(800.527)</u>	<u>(584.846)</u>
Com programas (atividades)		<u>(5.643.273)</u>	<u>(4.035.480)</u>
Superávit bruto		<u>737.026</u>	<u>360.581</u>
Despesas operacionais	16		
Doações mercadorias		(452.557)	(83.070)
Depreciação e amortização		(57.374)	(53.301)
Trabalho voluntário	14	(99.179)	(107.656)
Impostos e taxas		(456)	(1.408)
Outras (despesas) receitas operacionais		<u>(557)</u>	<u>(1.594)</u>
Total despesas		<u>(610.123)</u>	<u>(247.029)</u>
Superávit (déficit) antes do resultado financeiro		<u>126.903</u>	<u>113.552</u>
Receitas financeiras		256.005	232.441
Despesas financeiras		<u>(3.730)</u>	<u>(1.817)</u>
Resultado financeiro líquido	17	<u>252.275</u>	<u>230.624</u>
Superávit do período		379.178	344.176
Resultado abrangente do período		<u>379.178</u>	<u>344.176</u>

**Demonstração das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos
em 31 de dezembro de 2023 e 2022.**
(Em reais)

	Patrimônio Social	Superávit Acumulado	Total do Patrimônio Líquido
Em 31 de dezembro de 2021	3.602.504	-	3.602.504
Superávit do exercício		344.176	344.176
Incorporação do superávit	<u>344.176</u>	<u>(344.176)</u>	<u>-</u>
Em 31 de dezembro de 2022	<u>3.946.680</u>	-	<u>3.946.680</u>
Superávit do exercício		379.178	379.178
Incorporação do superávit	<u>379.178</u>	<u>(379.178)</u>	<u>-</u>
Em 31 de dezembro de 2023	<u>4.325.858</u>	-	<u>4.325.858</u>

Demonstração dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em reais).

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do período	379.178	344.176
Ajustes por:		
Depreciação e amortização	57.374	54.737
Provisão para contingências	-	(71.850)
Superávit ajustado	<u>436.552</u>	<u>327.063</u>
Variações nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	(4.581)	5.618
Adiantamento de férias	(10.182)	(25.665)
Adiantamento à fornecedores	14.384	(15.017)
Outros créditos	(2.122)	(64)
Depósito judicial	-	71.850
Obrigações fiscais	19.370	1.157
Obrigações sociais e trabalhistas	36.724	78.163
Termos de colaboração a realizar	(463.678)	191.046
Outras obrigações	15.004	16.743
Obrigações imobilizado com restrição	<u>6.576</u>	<u>15.696</u>
Caixa gerado nas atividades operacionais	<u>(388.505)</u>	<u>339.527</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>48.047</u>	<u>666.590</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Compra de ativo imobilizado	<u>(72.392)</u>	<u>(58.621)</u>
Caixa aplicado nas atividades de investimentos	<u>(72.392)</u>	<u>(58.621)</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>(24.345)</u>	<u>607.969</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	2.909.833	2.301.864
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	<u>2.885.488</u>	<u>2.909.833</u>
Varição no caixa e equivalente de caixa	<u>(24.345)</u>	<u>607.969</u>

Notas explicativas da administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2023.
(Em reais)

1 Contexto operacional

Constituída em 15 de dezembro de 2004, a Associação Paulista de Apoio à Família (“Associação APAF” ou “Associação”) é uma Associação Civil de direito privado, sem fins lucrativos de natureza filantrópica, a sua duração é por tempo indeterminado. De acordo com a Lei Complementar 187 de 16 de dezembro de 2021, a Associação APAF obedece ao **Princípio da Universalidade do Atendimento**. A APAF é uma instituição que tem como finalidade fortalecer as famílias em situação de vulnerabilidade pela educação de crianças e mulheres, promovendo a inclusão social com observância e atendimento das leis aplicáveis, em especial a Lei 10.406 de 10/01/2002 e suas alterações (Codigo Civil) e a Lei 8069 de 13/07/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Para o alcance de sua finalidade a APAF atua com os seguintes objetivos sociais: I. Promoção da assistência social de acordo com o artigo 2º da Lei Orgânica de Assistência Social/LOAS, Lei 8.742/93; II. Promoção da educação inclusiva; III. Promoção de atividades físicas culturais; IV. Promoção da segurança alimentar e nutricional; V. Promoção de projetos e programas de proteção social para complementação da renda pessoal e familiar; VI. experimentação não lucrativa de novos modelos socioeducativos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito; e VII. Estudos e pesquisas assim como produção e divulgação de informações e conhecimentos que digam respeito as atividades supramencionadas.

1.1 A “APAF”, por ser Associação de interesse social possui os seguintes certificados:

- Título de Utilidade Pública Municipal: Decreto nº 48.394/2007
- Registro no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA nº 1281/07
- Registro no Conselho Municipal de Assistência Social - COMAS Nº. 1330/2008.
- CEBAS Processo de renovação nº 23000.034904/2022-58
- Título de Utilidade Pública Estadual - Lei 14.330 de 29.12.2010, Projeto de Lei 571/10
- Declaração de Reconhecimento de Imunidade ao ITCMD- Processo SFP-PRC-2021/16243

1.2 De acordo com o Art. 14 do Código Tributário Nacional, a Associação APAF

- I Não remunera a Diretoria e nem distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título;
- II Aplica integralmente, no país, os seus recursos na manutenção de seus objetivos institucionais;
- III Mantém a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades exigidas pela lei, capazes de assegurar sua exatidão.

1.3 Assistência social e educacional

A APAF no atendimento aos seus objetivos estatutários presta serviços de forma gratuita, continuada e planejada para os usuários que dela necessitar, sem qualquer discriminação de acordo com a Lei Complementar nº187/2021.

1.4 Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras inerentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pela Administração em 20 de março de 2024.

2 Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico com base de valor e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - NBC TG 1000 (R1) - "Contabilidade para Pequenas e Médias Entidades" e observando o disposto na Interpretação Técnica Geral ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também exercício do julgamento por parte da Administração da Associação APAF no processo de aplicação das políticas contábeis, não havendo, todavia, áreas ou situações de maior complexidade que requerem maior nível de julgamento ou estimativas significativas para as demonstrações contábeis.

2.2 Resumo das principais práticas contábeis adotadas

As principais políticas contábeis adotadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. As políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

(a) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando a rubrica exigiu um critério diferente, e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados ao valor justo ou considerando a marcação a mercado quando classificado como disponível para venda.

(b) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em R\$ (reais), que é a moeda funcional da Associação APAF.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras estão representadas pelos valores de aplicação avaliados ao custo mais rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial.

(d) Termos de colaboração a realizar

Os depósitos recebidos destinados a execução de projetos e firmados em instrumentos contratuais, são reconhecidos como obrigação da Associação APAF perante os doadores e/ou parceiros. À medida da execução dos projetos, essas obrigações são reconhecidas em contrapartida da conta "Receitas operacionais com restrições" no resultado do exercício.

São provenientes de parcerias firmadas com a Secretaria Municipal da Educação - SME, "e tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, a Associação APAF presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação à disposição para qualquer fiscalização.

A Associação APAF para a contabilização de suas subvenções governamentais, atendeu a NBCT TG 07 R2. Conforme demonstrado na explicativa 7, a subvenção governamental deve ser reconhecida como receita ao longo do período em contrapartida das despesas compensadas, em base sistemática.

(e) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Associação e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Associação possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

(f) Ativo imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Associação APAF inclui o custo de materiais, máquinas, equipamentos, mão de obra direta e indireta.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para o Grupo e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, conforme nota explicativa 6.

(g) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Associação tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

(h) Reconhecimento de receitas

A receita é reconhecida quando da efetiva execução dos projetos na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Associação quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida e a receber, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

Receitas de termos de colaboração

As receitas dos projetos relacionados aos termos de colaboração são contabilizadas a medida da execução dos projetos, tomando-se como base os valores acordados nos termos contratuais.

Receitas financeiras

A receita financeira é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva.

(i) Estimativas contábeis

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Associação e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas subjacentes são revisadas em uma base contínua. Revisões de estimativas contábeis são reconhecidas no período ao qual as estimativas são revisadas e em qualquer período futuro afetado.

A aplicação de estimativas contábeis geralmente requer que a administração se baseie em julgamentos sobre os efeitos de certas transações que podem afetar a situação patrimonial da Associação, envolvendo os ativos, passivos, receitas e despesas.

As transações envolvendo tais estimativas podem afetar o patrimônio social e a condição financeira da Associação, bem como seu resultado operacional, já que os efetivos resultados podem divergir das suas estimativas.

As informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo

de resultar em um ajuste material nos valores de ativos e passivos no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2022 são as seguintes:

- (i) **Revisão da vida útil dos bens patrimoniais:** A Associação reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado. As taxas de depreciação e amortização são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Associação espera geração de benefícios econômicos.
- (ii) **Provisão para riscos:** A Associação constitui provisões para contingências com base em análises dos processos em andamento. Os valores são registrados com base no parecer dos consultores jurídicos visando cobrir perdas prováveis. Se qualquer dado adicional fizer com que seu julgamento ou o parecer dos advogados externos mude, a Associação reavalia as suas estimativas.

(j) Mudanças em práticas contábeis

Não houve alterações significativas na norma NBC TG 1000 (R1) - "Contabilidade para Pequenas e Médias Entidades" que ocasionassem efeitos nas demonstrações contábeis da Entidade.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Sem restrição		
Caixa	-	746
Bancos conta movimento	10.200	13.245
Aplicações financeiras	<u>2.303.168</u>	<u>2.166.003</u>
Com restrição		
Bancos conta movimento	1.204	299.314
Aplicações financeiras	<u>570.917</u>	<u>430.525</u>
	<u>2.885.489</u>	<u>2.909.833</u>

As aplicações foram contratadas pela variação de 90% a 100% da variação do CDI em dezembro de 2023. As aplicações financeiras são de curto prazo, podendo ser resgatáveis a qualquer momento e sem penalidades de perda dos rendimentos auferidos ou sobre o principal aplicado.

Os recursos com restrição referem-se a convênios firmados junto ao poder público, portanto, só podem ser usados para os fins aos quais o recurso é destinado.

5 Adiantamento de férias

Trata-se de valores pagos de férias a funcionários que serão baixados em período subsequente.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Adiantamento de férias	<u>142.853</u>	<u>132.671</u>
	<u>142.853</u>	<u>132.671</u>

6 Imobilizado, obras em andamento, imobilizado com restrição e intangível

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 as rubricas estão compostas da seguinte forma:

Imobilizado e obras em andamento		Custo do imobilizado	Adições	Baixas	Depreciação	2023	2022
Imóveis	4%	1.000.000,00	-	-	(153.318,00)	846.682,00	886.678,00
Instalações	10%	12.826,00	-	-	(12.826,00)	-	651,38
Maquinas e Equipamentos	10%	37.359,40	7.207,95	-	(23.298,00)	21.269,35	17.375,04
Moveis e Utensílios	10%	123.890,24	-	-	(112.259,36)	11.630,88	15.621,51
Computadores/Hardware	20%	46.275,37	11.559,15	-	(25.574,74)	32.259,78	28.685,37
Terrenos		1.030.000,00	-	-	-	1.030.000,00	1.030.000,00
Brinquedos Pedagógicos	10%	12.038,00	-	-	(12.038,00)	-	1.103,12
Instrumentos Musicais	10%	1.090,00	-	-	(154,36)	935,64	1.044,60
Obras em Andamento		-	47.050,00	-	-	47.050,00	-
Total		2.263.479,01	65.817,10	-	(339.468,46)	1.989.827,65	1.981.159,02

Imobilizado com restrição		Custo do imobilizado	Adições	Baixas	Depreciação	2023	2022
Aconchego I							
Computadores Software	20%	11.748,83	-	-	(3.515,97)	8.232,86	10.478,42
Máquinas e Equipamentos	10%	3.583,59	-	-	(447,90)	3.135,69	3.494,01
Sub-total		15.332,42	-	-	(3.963,87)	11.368,55	13.972,43
Aconchego II							
Computadores Software	20%	-	2.893,33	-	(578,64)	2.314,69	-
Máquinas e Equipamentos	10%	1.799,00	7.103,96	-	(314,02)	8.588,94	1.724,05
Sub-total		1.799,00	9.997,29	-	(892,66)	10.903,63	1.724,05
Total		17.131,42	9.997,29	-	(4.856,53)	22.272,18	15.696,48

Intangível		Custo do imobilizado	Adições	Baixas	Depreciação	2023	2022
Marcas e Patentes	10%	644,00	-	-	(225,54)	418,46	644,00
Total		644,00	-	-	(225,54)	418,46	644,00

Avaliação imóvel

Em 2021, a Administração da Associação contratou a empresa especializada, chamada LUPA ADMINSTRADORA IMOBILIÁRIA S/S LTDA. sob a responsabilidade técnica de Alexandre da Conceição Ferreira OAB-SP 211.160 CRECI/SP n.º 63.660, para realizar o laudo de avaliação patrimonial do imóvel. O laudo foi emitido em 5 de julho de 2021, e concluiu que o valor atual do imóvel é de R\$ 2.250.000 (dois milhões, duzentos e cinquenta mil reais), não havendo assim necessidade de impairment. Em 2022, a Administração da Associação fez uma avaliação interna e não identificou alteração na avaliação patrimonial.

7 Termos de colaboração a realizar

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Termo Colaboração - SME - Aconchego I	53.874	307.324
Termo Colaboração - SME - Aconchego II	81.279	339.606
Termo Colaboração - Pós Escola	14.079	(2.979)

Rendimento aplicações financeiras	<u>90.125</u>	<u>59.084</u>
	<u>239.357</u>	<u>703.035</u>

A Associação possui contrato de gestão e termos de colaboração junto à Prefeitura Municipal de São Paulo. Na data de fechamento do Balanço, a associação apresentava valores recebidos procedentes dos Convênios, os quais ainda estavam em fase de execução e aplicação dos recursos.

8 Obrigações sociais e trabalhistas

Constitui-se de salários, provisões, encargos sociais, impostos e contribuições incidentes sobre as verbas trabalhistas, detalhados abaixo:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Férias	205.832	186.269
Salário	147.818	127.042
FGTS	23.001	18.388
INSS	21.551	16.294
IRRF	18.981	13.691
PIS	2.976	3.083
Contribuição sindical	747	434
Total	420.906	365.201

9 Outras obrigações

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Aluguel a pagar	41.024	26.020

10 Provisão para contingências

A Administração constitui provisões para contingências com base em análises dos processos em andamento. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por especialistas na mesma data, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências nas demonstrações financeiras, por valores considerados suficientes por estes para prováveis desembolsos futuros.

Em 31 de dezembro de 2023 com base nos pareceres emitidos pelos assessores legais, não há qualquer outro processo administrativo ou judicial de natureza fiscal, trabalhista, cível ou ambiental expedido contra a Associação APAF que devesse ser divulgado em notas explicativas. Se qualquer dado adicional fizer com que seu julgamento ou o parecer dos advogados externos mude, a Associação deverá reavaliar as suas estimativas.

11 Patrimônio líquido

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, modificados, pelo resultado auferido no exercício social.

O superávit ou déficit é apurado pelo regime de competência. O valor do superávit ou déficit do exercício é registrado na conta Superávit (déficit) do exercício, enquanto não aprovado pelos associados em assembleia. Após aprovação, é realizada a transferência para a conta Patrimônio Social.

12 Receitas operacionais

Para manutenção de seus objetivos a Associação APAF recebeu no decorrer do período as seguintes contribuições em parceria com órgãos governamentais.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Com restrição		
Assistência Educacional - CEI Aconchego 1	1.531.198	1.129.906
Assistência Educacional - CEI Aconchego 2	1.827.067	1.324.970
Projeto Pós Escola	<u>647.450</u>	<u>354.980</u>
	<u>4.005.715</u>	<u>2.809.856</u>
Sem restrição		
Gratuidade (nota 13)	800.527	584.846
Programa nota fiscal paulista	660.018	409.332
Doações de pessoas jurídicas	187.289	91.228
Doações de pessoas físicas	92.393	243.646
Trabalho voluntário (nota 14)	99.179	107.656
Eventos sociais	77.121	59.997
Doações mercadorias	452.557	83.070
Receitas com locação	<u>5.500</u>	<u>6.430</u>
	<u>2.374.584</u>	<u>1.586.205</u>
	<u>6.380.299</u>	<u>4.396.061</u>

Doações e Contribuições

As doações e contribuições espontâneas são registradas quando recebidas, sendo que quando destinadas ao custeio são contabilizadas como receitas aplicadas em assistência social.

Programa Nota Fiscal Paulista

Os valores recebidos são aplicados para complementar as atividades desenvolvidas nos núcleos e em custos operacionais da área assistencial.

Programas Desenvolvidos pela APAF

(i) Espaço Iluminar:

O projeto criado em 2006, com foco no atendimento de mulheres em situação de vulnerabilidade ou desvantagem social, tem como objetivo resgatar a dignidade e a autoestima dessas mulheres através da educação. Para tal, o projeto promove cursos profissionalizantes gratuitos que permitam geração de renda e trabalho (inclusão produtiva) para mulheres com idade a partir dos 18 anos, moradoras da cidade de São Paulo e grande São Paulo. Além disso, essas mulheres recebem apoio psicossocial, orientação jurídica e oportunidade de encaminhamentos na área da saúde, de acordo com suas necessidades.

Para alcançar seu objetivo, o projeto oferece:

- **Capacitação profissional** de mulheres em desvantagem social através de cursos nas áreas de **beleza, saúde e bem-estar**.
- Cursos: Manicure e Pedicure, Maquiagem com Design de Sobrancelhas, Depilação, Assistente de Cabeleireiro, Cuidador Infantil e Cuidador de Idosos.
- atendimentos **sociais, jurídicos e psicológicos**.
- Atividades com foco no **desenvolvimento pessoal, empreendedorismo, cidadania e de prevenção à saúde**.

(ii) Creches Aconchego:

Projeto voltado para o atendimento de crianças com até 3 anos e 11 meses, tem como objetivo a proteção da primeira infância, fase crucial para o crescimento e desenvolvimento infantil. Tem como Diretrizes Metodológicas os objetivos estabelecidos pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil. Atua através de planos e metas traçados pelo Projeto Pedagógico, que se renova a partir das experiências vividas, das atividades realizadas, do trabalho e da dedicação das pessoas envolvidas na rotina dos bebês e das crianças. Trabalha diversos conteúdos como: as diferentes formas de linguagem (verbal, corporal, plástica e musical) e todas as formas de comunicação e expressão, fundamentais para que as crianças possam se integrar à sociedade. Os ambientes são elaborados e organizados para que as crianças possam viver situações, interagir, explorar e criar, contemplando todas as crianças, independentemente da idade e turma.

Além de proporcionar todas essas experiências, as Creches Aconchego também garantem a segurança alimentar das crianças, fornecendo diariamente 5 refeições nutricionalmente balanceadas a todos.

Também são realizadas ações junto às famílias, buscando parcerias para o envolvimento de toda a Comunidade do entorno das Creches.

(iii) Projetos desenvolvidos na esfera educacional

O Decreto 11.791/2023, determina que as entidades de educação, que prestem serviços integralmente gratuitos, deverão garantir a observância da proporção de, no mínimo, um aluno cuja renda familiar mensal per capita não exceda o valor de um salário-mínimo e meio para cada cinco alunos matriculados, adotando e observando os critérios de seleção e as proporções previstas.

A Associação Paulista de Apoio a Família – APAF, presta serviços **educacionais**, de forma **integralmente gratuita**, não havendo assim a cobrança de mensalidades ou anuidades. Desta forma, para os exercícios de 2023 e 2022 não se registrou alunos pagantes, e a quantidade de alunos matriculados como alunos bolsistas integrais cumpriu adequadamente ao previsto nas legislações em vigor, ficando assim demonstrado:

<u>Exercício</u>	<u>Quantidade de alunos</u>	<u>Proporcionalidade 5 x 1</u>	<u>Total de bolsas concedidas</u>
2022	154	31	154
2023	154	31	154

(iv) Pós Escola Aconchego:

O Projeto oferece um espaço de cuidado e convívio a crianças de 4 a 6 anos, no contraturno escolar (2^{af} a 6^{of}, 4h/dia para a turma da manhã e 4h/dia para a turma da tarde); Atua na promoção da saúde, assistência social, consciência ambiental, ludicidade e o direito de brincar, o incentivo à promoção da diversidade, segurança alimentar e o combate à violência; As metas elencadas na proposta pedagógica estruturada são trabalhadas a partir de 3 eixos norteadores, subdivididos nas plataformas: Atividades de Participação, Atividades de Convívio e Atividades de Convívio Familiar; Proporciona às famílias a possibilidade de aproveitarem o período de contraturno para se dedicarem ao trabalho, enquanto as crianças estão sendo assistidas em suas necessidades no Projeto.

13 Gratuidade

As aplicações dos recursos em Gratuitades atenderam o que preceitua a Constituição Federal no Art. 195, I e §7º, que concede a isenção da Contribuição Social (INSS) às Entidades beneficentes de

assistência social que atendem as exigências estabelecidas no Art. 29 da Lei Complementar 187 de 16 dezembro de 2021.

Os valores relativos às isenções previdenciárias recebidas durante o exercício estão abaixo apresentadas:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Cota Patronal	503.719	365.655
Cofins	161.497	119.295
Terceiros	110.709	81.733
RAT	<u>24.602</u>	<u>18.163</u>
	<u>800.527</u>	<u>584.846</u>

A Associação teve seu último Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) concedido pelo Ministério da Educação (MEC), exarada nos autos do processo nº 23000.023776/2018-31, com validade de 30 julho de 2018 a 29 de julho de 2021.

Em 28 de julho de 2021 a associação iniciou o requerimento de renovação do CEBAS por meio do Ministério da Educação, sob protocolo de nº 23000.019087/2021-27, encontrando-se em análise desde então. Ressaltamos que o certificado se mantém ativo até que seja concluído o processo.

14 Trabalho voluntário

A APAF no decorrer do ano de 2023 contou com o apoio de 41 voluntários (37 em 2022), cujos serviços prestados foram nas seguintes áreas: ministração de aulas para mulheres e crianças, ministração de aulas de inglês, financeiro, RH, eventos, administrativo, jurídico, planejamento, comunicação, oficinas/palestras educativas, zeladoria, jardinagem, área da saúde, arquitetura, apoio em sala de aula, captação de recursos e digitação de cupons fiscais. Os custos da prestação de serviços foram reconhecidos pelo valor justo, como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

	<u>Horas</u>	<u>Parâmetro</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Diretoria	3.120	26,72	83.366	59.705
Conselho fiscal	180	26,72	4.809	8.629
Terapeutas	300	99,80	-	29.940
Terapeutas supervisão				4.781
Sáude-Ginecologia	8	110	880	
Sáude-Odontologia	8	50	400	
Arquitetura	10	70	700	
Eventos			-	273
Palestras/ Oficinas	11	25,83	284	1066
Educação infantil	77	25,83	1.988	1125
Aula de Inglês	60	25,83	1.549	
Apoio em sala de aula	193	10,38	2003	1227
Zeladoria/Jardinagem	37	9,45	350	910
Administrativo	302	9,44	2.850	
	<u>4006</u>		<u>99.179</u>	<u>107.656</u>

As demonstrações estão apresentadas em valores arredondados simplificando os números tornando-os mais legíveis e simplificando a compreensão de seus usuários.

15 Dirigentes e conselheiros

Os diretores e conselheiros não recebem remuneração, vantagens ou benefícios de qualquer forma ou título como retribuição aos serviços prestados.

16 Cobertura de seguros

É política da Associação manter cobertura de seguros para os bens do ativo imobilizado, por montantes considerados suficientes pela Administração para fazer face aos riscos envolvidos. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

* * *

São Paulo, 31 de dezembro de 2023.

Regina Helena Vieira de Miranda
Presidente

Jorge Celso da Silva
Responsável Técnico
CRC n° 1SP196.805/0-7